

É aqui o Projeto que hoje estamos aprovando, de autoria do Deputado Coronel Salema, também inclui a *cyber pedofilia*, Sr. Presidente. É importantíssimo, Sras. e Srs. Deputados, nós, que estamos no mês da mulher - vejo aqui duas servidoras sentadas ali também, da Mesa Diretora -, nós, que somos mães sabemos o quanto as crianças e adolescentes têm sido vítimas de pedófilos, Sr. Presidente, que se passam por crianças, através dos joguinhos e através de todo o acesso que a internet dá. E as nossas crianças e adolescentes têm sido vítimas, têm ficado fragilizadas e vulneráveis.

Então, precisamos, através de leis como esta, divulgar e mostrar para a população como é importante o combate a este crime, a esta maldade, a esta perversidade que é o crime contra crianças e adolescentes.

A pedofilia precisa ser tipificada para que consigamos combater o mal que tem tirado, Sr. Presidente, tem roubado a infância de muitas crianças e roubado a adolescência de muitos adolescentes.

Então, parabéns pela iniciativa e meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Tem a palavra, para declaração de voto, a Deputada Alana Passos, em seguida, a Deputada Mônica Francisco.

A SRA. ALANA PASSOS (Para declaração de voto) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Deputados e Deputadas e todos que estão nos assistindo. Eu quero aqui, de antemão, fazer coro à fala de todos os meus colegas parlamentares. É um tema complexo, é um tema muito polêmico. Uns vão dizer que é doença, eu vou dizer que é safadeza, outros vão dizer outras coisas, mas, como mãe, sei que o senhor imagina o que se passa na cabeça dos pais só de pensar na possibilidade de isso acontecer com uma de nossas crianças.

Quero parabenizar o Coronel Salema por estar tocando num assunto tão sensível. E sei que tem a colaboração de todo o Parlamento desta Casa para este assunto tão sensível. Verdadeiramente, devemos proteger e orientar os nossos jovens, as nossas crianças para que nenhum mal venha a acontecer.

Então, quero parabenizar o Coronel Salema. Não esperava menos dele, devido a tudo o que conversamos, à preocupação e ao cuidado que eu sei que ele tem com os seus filhos e com todas as nossas crianças.

Mas eu também quero fazer uma declaração de voto e parabenizar o Deputado Átila Nunes por um Projeto também muito meritoso, que é a prevenção ao assédio nos transportes coletivos públicos.

Como sempre faço questão de deixar claro, sempre fui usuária dos trens de Japeri, então, sei bem o que é este assunto. Infelizmente, ainda nos deparamos com muitas mulheres que se sentem coagidas quando passam por um ato desses numa condução pública. Então, eu quero parabenizar-lo por ser homem e estar tratando com tanta responsabilidade um assunto tão sério. No que depender deste Parlamento, estaremos sempre unidos em prol das nossas mulheres e das nossas crianças, evitando que algum mal aconteça.

Parabenizo o Coronel Salema e o Deputado Átila Nunes.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputada Mônica Francisco.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO (Para declaração de voto) - Sr. Presidente, obrigada. Boa tarde a todos e todas.

Quero parabenizar o Deputado Átila Nunes pelo seu Projeto 4179/2018, aprovado por esta Casa, fazendo menção, também, ao fato de que aprovamos ainda no mandato da Vereadora Marielle Franco, no qual dizíamos, com um mote, que o assédio não seria passageiro, porque nós entendemos o quanto as mulheres ficam extremamente vulneráveis nos meios de transporte coletivo.

Essa prática de naturalização do assédio e do acesso ao corpo das mulheres precisa ser, de fato, uma ação que nos provoque a agir legislativamente em defesa dessas mulheres. Que maravilha ter esse projeto aprovado nessa semana do 8 de março, quando nós ainda precisamos dizer que o nosso corpo não é público, apesar de, infelizmente, os vernáculos dizerem que mulher pública é prostituta, é aquela que vende o seu corpo. Nós precisamos, de fato, construir uma ação em outros marcos em sociedade em relação aos corpos e a presença das mulheres na sociedade brasileira, como um todo.

Alguns relatos, separamos para trazer nessa declaração de voto e justificar o nosso voto favorabilíssimo nesse projeto, com muito louvor, numa fala que emocionou muito a nossa equipe de gênero.: "Não fomos criadas para pedir ajuda. Passávamos caladas pelos processos de violação dos nossos corpos. Eu passei muito por esse tipo de importunação quando era mais nova. Lembro de um episódio, acho que devia ter uns 17 anos, em que eu usei a mala que eu carregava para disfarçar". Este é um relato de uma mulher. Temos vários que poderíamos ter trazido aqui.

Uma pesquisa divulgada em 2019 pelo Instituto Patrícia Galvão e o Instituto Locomotivas, em parceria com uma empresa de transporte por aplicativo, confirmou que o assédio sexual está presente na vida da maior parte das mulheres brasileiras. Nós tivemos um episódio ainda há pouco na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo contra a Deputada Isa Penna, em que o deputado tocou no seio dela, tendo combinado isso com os companheiros. Ficou muito visível, ficou muito nítido e ficou nítida, também, a *brotheragem*, a aliança entre homens, naquele momento que devia ter sido o de punir severamente aquela pessoa que assediou, que tocou no corpo de uma mulher deliberadamente, porque para os homens é natural, é quase uma instituição do poder masculinista na nossa sociedade a possibilidade de tocar o corpo de qualquer mulher. E que maravilha que esse projeto tenha saído das mãos e do mandato de um homem! Reitero a minha fala de ontem. Os homens devem se comprometer, Sr. Presidente e companheiros, com a luta contra todas as formas de violação contra as mulheres.

Aponta, também, o instituto que 97% das vítimas dizem que foram assediadas nos meios de transportes e que 71% das mulheres entrevistadas dizem que conhecem outras mulheres que sofreram assédio no transporte público. Sendo assim, esse projeto é de fundamental importância.

E, aproveito, por fim, também para declarar voto no projeto da nossa mandata, que foi aprovado ontem, também aproveitando para agradecer o Pleno da Assembleia Legislativa, sobre a fixação de cartazes em todos os meios de transporte público coletivo intermunicipal, podendo, em alguma medida, dar às trabalhadoras domésticas a possibilidade de entenderem, compreenderem, conhecerem mais ainda os seus direitos.

Eu mesma fui empregada doméstica até o ano de 2002 e conheço a necessidade dessas mulheres, em sua maioria pretas e pardas, vivendo em condições extremamente precarizadas, principalmente agora em pandemia. Não é à toa que a primeira morte no Estado do Rio de Janeiro foi de uma trabalhadora doméstica. É necessário que, de fato, essas mulheres sejam honradas, porque a maioria do serviço doméstico ainda está na mão das mulheres e das mulheres negras, como uma instituição que ainda é braço da estrutura colonialista, escravista e racista deste País. Então que possamos de fato garantir neste Parlamento, que tem sido tão impecável na sua produção, a garantia de defesa de todas as mulheres.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Eliomar Coelho.

O SR. ELIOMAR COELHO (Pela ordem) - Sr. Presidente, venho comunicar aos meus pares da Assembleia Legislativa que eu dei entrada com uma representação, no dia 26 de fevereiro, no Ministério Público e enviei um ofício, no dia 2 de março, ao Tribunal de Contas do Estado, para que acompanhassem todo o processo de aumento que está sendo dado. Já foi dado para a ferrovia, já foi dado agora para o metrô de 26%, utilizando o índice IGP-M, que não tem relação com aquilo que são as atividades exercidas por essas empresas.

E eu queria não só dar conhecimento à Assembleia Legislativa, mas solicitar, da Comissão de Transportes, uma audiência pública para tratarmos esta questão, inclusive com a presença tanto de representantes do Ministério Público como de representantes do Tribunal de Contas do Estado.

Então, a minha questão de ordem é exatamente neste sentido, porque está havendo um verdadeiro absurdo e da forma mais irregular, mais insensível, sem ter uma fundamentação, favorecendo o empresariado de transportes do Estado do Rio de Janeiro.

Eu sei que a companheira Deputada Lucinha inclusive está querendo montar uma Comissão para fazer essa audiência pública, mas não sei o que aconteceu, faz alguns dias que ela não está presente. Eu sei que a companheira Deputada Lucinha não dorme no ponto em relação a esta questão. Ela trata de forma prioritária na situação parlamentar. Mas, de qualquer maneira, eu queria dar estas informações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Tem a palavra o Deputado Alexandre Knoploch e vamos à pauta, que falta uma ainda e eu tenho aqui um grupo de servidores públicos para atender.

O SR. LUIZ PAULO - Peço a palavra pela ordem também, Sr. Presidente. Em cima da fala do Deputado Eliomar Coelho.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Tem a palavra o Deputado Alexandre Knoploch e, sem seguida, o Deputado Luiz Paulo.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH (Pela ordem) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento e depois um questionamento. Há dois dias...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Fale mais alto, por favor, Deputado Alexandre Knoploch.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Está me ouvindo bem? Melhorou, não é?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Sim.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Sr. Presidente, há dois dias, eu fiz um questionamento sobre um pagamento pela Faetec a uma empresa de tecnologia, de locação de computadores e impressoras. Pois bem. Mesmo a Faetec não tendo merenda, porque não está licitada, não tendo os serviços básicos para prestar os serviços, mas fez questão de pagar um serviço que sequer está sendo usado.

E aí, na semana passada, nos procuraram - a mim e a Deputada Lucinha - os funcionários, os quais até V.Exa. bem recebeu ontem. Aliás, eu agradeço. V.Exa. foi cordial e sempre com as soluções pertinentes. Só que foi falado que o funcionário da Faetec, o Sr. Yuri, fez as denúncias contra a empresa Átrio e contra a empresa Gaia, que na verdade são as mesmas, porque ele é um homem que preza pelo interesse público. Só acho estranho que esse mesmo homem, que estava a mando do Sr. Gabrieli Neves e do Sr. Edmar na Secretária de Saúde - esse senhor Yuri - que, após o Edmar ter saído, foi exonerado e teve inclusive parlamentar expedido para que ele voltasse para a Secretaria de Saúde, logo em seguida, esse mesmo servidor, nomeado, não concursado, está aqui respondendo por improbidade administrativa ao Ministério Público. Ou seja, ele preza tanto pela máquina na Faetec, mas não prezou na Saúde. É muito estranho, onde nós sabemos que teve cunhos pessoais nas questões dele na Faetec, e não contestou 1.200 funcionários sem salários.

E, aí, mais uma vez, eu vou continuar o questionamento ao Governo do Estado, ao Secretário de Ciência e Tecnologia, Dr. Sérgio - que teve que cumprir os seus compromissos políticos botando o Presidente da Faetec, o Joãozinho, isso é normal, todos nós temos compromissos políticos - sobre o porquê de manter na Secretaria de Ciência e Tecnologia um cidadão que responde por improbidade administrativa no maior escândalo, no maior escândalo deste Estado, que foi o escândalo na área de Saúde!

Então, eu continuo aqui o meu questionamento. É a terceira Sessão em que questiono isso, e vou fazer em todas as Sessões até obter uma resposta.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente, quero rapidamente solicitar de V.Exa., em cima do discurso do Deputado Eliomar Coelho e, também, da intervenção, antes, do Deputado Anderson, se o senhor poderia fazer uma Sessão de Vetos, porque nós temos um Projeto de Lei, eu sou coautor com alguns, outros consignatários, como, por exemplo, a Deputada Lucinha, que impedia o aumento das tarifas no período da pandemia. O Governo vetou este Projeto e encaminhou evidentemente, para a nossa Assembleia para decidirmos sobre o Veto.

Então, quando V.Exa. puder fazer uma pauta de Vetos, seria interessante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Nada mais a tratar na Sessão, declaro-a encerrada.

(Encerra-se a Sessão às 16:05 horas)

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

RELAÇÃO DE PARLAMENTARES PRESENTES NA 40ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 10 DE MARÇO DE 2021.

Adriana Balthazar, Alana Passos, Alexandre Freitas, Alexandre Knoploch, Anderson Alexandre, Anderson Moraes, André Corrêa, André Ceciliano, Átila Nunes, Bebeto, Brazão, Carlos Macedo, Carlos Minc, Célia Jordão, Charles Batista, Chico Machado, Chiquinho da Mangureira, Coronel Salema, Dani Monteiro, Dannel Librelon, Delegado Carlos Augusto, Dionísio Lins, Dr. Deodalto, Eliomar Coelho, Elton Cristo, Enfermeira Rejane, Eurico Júnior, Fábio Silva, Felipe Peixoto, Filipe Soares, Filipe Poubel, Flávio Serafini, Franciane Motta, Gustavo Schmidt, Jair Bittencourt, Léo Vieira, Lucinha, Luiz Martins, Luiz Paulo, Marcelo Cabeleireiro, Marcelo Dino, Márcio Canella, Márcio Gualberto, Márcio Pacheco, Marcos Abrahão, Marcus Vinícius, Martha Rocha, Max Lemos, Mônica Francisco, Noel de Carvalho, Pedro Ricardo, Renata Souza, Renato Zaca, Rodrigo Amorim, Rodrigo Bacellar, Rosane Felix, Rosenverg Reis, Rubens Bomtempo, Samuel Malafaia, Sérgio Fernandes, Subtenente Bernardo, Tia Ju, Val Ceasa, Valdecy da Saúde, Vandro Família, Waldeck Carneiro, Wellington Jose, Zeidan.
EMENDAS DE PLENÁRIO, EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA, EM 1ª DISCUSSÃO, AO PROJETO DE LEI Nº 4179/2018 DE AUTORIA DO DEPUTADO ÁTILA NUNES.

MODIFICATIVA Nº 01

Modifique-se o *caput* do Art. 1º, que passa ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Acrescente-se o § 1º ao artigo 1º, da Lei nº 7.856, de 15 de janeiro de 2018, com a seguinte redação:

§ 1º - Os serviços de transporte coletivo de passageiros prestados no território do Estado do Rio de Janeiro em todos e quaisquer modais, deverão adotar ações educativas e preventivas ao abuso sexual e violência contra as mulheres, sofridos no interior dos coletivos, mediante a implementação da Campanha publicitária "Meu Corpo não é público" para ampla divulgação destas medidas aos usuários do serviço."

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 10 de março de 2021.
Deputados ALEXANDRE FREITAS, ADRIANA BALTHAZAR

SUPRESSIVA Nº 02

Suprima-se o Art. 2º.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 10 de março de 2021.
Deputados ALEXANDRE FREITAS, ADRIANA BALTHAZAR

ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2021.

Às 16h10min, com a presença dos Senhores Deputados: **Adriana Balthazar, Alana Passos, Alexandre Freitas, Alexandre Knoploch, Anderson Alexandre, Anderson Moraes, André Corrêa, André Ceciliano, Átila Nunes, Bebeto, Brazão, Carlos Macedo, Carlos Minc, Célia Jordão, Charles Batista, Chico Machado, Chiquinho da Mangueira, Coronel Salema, Dani Monteiro, Dannel Librelon, Delegado Carlos Augusto, Dionísio Lins, Dr. Deodalto, Eliomar Coelho, Elton Cristo, Enfermeira Rejane, Eurico Júnior, Fábio Silva, Felipe Peixoto, Filipe Soares, Filipe Poubel, Flávio Serafini, Franciane Motta, Gustavo Schmidt, Jair Bittencourt, Léo Vieira, Lucinha, Luiz Martins, Luiz Paulo, Marcelo Cabeleireiro, Marcelo Dino, Márcio Canella, Márcio Gualberto, Márcio Pacheco, Marcos Abrahão, Marcus Vinícius, Martha Rocha, Max Lemos, Mônica Francisco, Noel de Carvalho, Pedro Ricardo, Renata Souza, Renato Zaca, Rodrigo Amorim, Rodrigo Bacellar, Rosane Felix, Rosenverg Reis, Rubens Bomtempo, Samuel Malafaia, Sérgio Fernandes, Subtenente Bernardo, Tia Ju, Val Ceasa, Valdecy da Saúde, Vandro Família, Waldeck Carneiro, Wellington Jose, Zeidan** (68), assume a Presidência o Senhor Deputado ANDRÉ CECILIANO, Presidente; ocupando os lugares de 1º, 2º, 3º e 4º Secretários, respectivamente, os Senhores Deputados: Tia Ju, 2º Secretário; Renato Zaca, 3º Secretário; Filipe Soares, 4º Secretário; Brazão, 1º Vogal.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - "Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos." Havendo número legal, está aberta a Sessão.

(É lida pelo Senhor 2º Secretário a Ata da Sessão anterior que, sem restrições, é considerada aprovada.)

Passa-se à

Ordem do Dia

Anuncia-se a Discussão Única, em Regime de Urgência:

PROJETO DE LEI 1254/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO ANDERSON MORAES, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR UMA UNIDADE DO COLÉGIO MILITAR NO MUNICÍPIO DE VASSOURAS.
 (PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE EDUCAÇÃO; DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE)

O SR. WALDECK CARNEIRO - Peço a palavra para questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para questão de ordem, tem a palavra o Deputado Waldeck Carneiro.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Só para lembrar que desde o ano passado, acho que desde 2019, Deputado Márcio Pacheco, a CCJ tem adotado uma linha de pensar esses Projetos, todos eles, porque a CCJ está preparando um Substitutivo sobre os colégios civis militares. Então, estou lembrando que essa tem sido a linha adotada pela CCJ. Não é sobre o Projeto do Deputado Anderson, não, de modo geral, esses Projetos têm sido reunidos e a CCJ está fechando um Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Sei. Mas eu só vou retirar de pauta se estiver o autor no Plenário.
Deputado Márcio, tem uma Emenda ao Projeto. Vê se pode acatá-la.

Para emitir parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, tem a palavra o Deputado Márcio Pacheco.

O SR. MÁRCIO PACHECO (Para emitir parecer) - Sr. Presidente, assiste razão à ponderação do Deputado Waldeck. Na legislação passada, nós, na CCJ, tivemos esse entendimento. Todos os Projetos que tratassem sobre a implantação de unidade de colégio militar nos municípios seriam apensados em um Projeto.

Quero pedir a V.Exa., então, pela anexação. O Projeto tem mérito, será discutido.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - A Presidência defere o pedido de V.Exa.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Obrigado pela anexação.

Anuncia-se a Discussão Única, em Regime de Urgência:

PROJETO DE LEI 3649/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO MÁRCIO CANELLA, QUE ESTABELECE PROCEDIMENTO PADRÃO PARA FINS DE TRANSPARÊNCIA NA VACINAÇÃO CONTRA O CORONA VÍRUS (COVID-19) NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
 (PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE SAÚDE; DE SERVIDORES PÚBLICOS; DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE)

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, tem a palavra o Deputado Márcio Pacheco.

O SR. MÁRCIO PACHECO (Para emitir parecer) - Pela constitucionalidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Márcio, a Presidência chama os trabalhos à ordem.

Há uma única Emenda, veja se V.Exa. pode acatá-la. (Pausa)

Para emitir parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, tem a palavra o Deputado Márcio Pacheco.

O SR. MÁRCIO PACHECO (Para emitir parecer) - Sr. Presidente, o parecer é pela constitucionalidade com Emenda, acolhendo a Emenda Modificativa da Deputada Enfermeira Rejane.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Saúde, tem a palavra a Deputada Martha Rocha.

A SRA. MARTHA ROCHA (Para emitir parecer) - O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Servidores Públicos, tem a palavra o Deputado Flávio Serafini. (Pausa)